

Recebido na CEC  
por e-mail a 16-05-2024

Registo I\_COM8XVI/2024/5  
em 16-05-2024



2

Exma Senhora Presidente da Comissão de  
Educação e Ciência  
Deputada Manuela Tender

S. Bento, 16 de maio de 2024

**Assunto:** Audição da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Dr<sup>a</sup>. Rosário Farmhouse sobre ocultação de situações de violência em contexto escolar

No início do presente ano, uma criança nepalesa de nove anos residente em Lisboa "foi vítima de linchamento no contexto escolar por parte dos colegas. [A agressão] foi filmada e divulgada nos grupos do WhatsApp das crianças", relatou à *Rádio Renascença* a diretora do Centro Padre Alves Correia, instituição social que acompanha a mãe da criança (14 de maio de 2024).

Os atos de violência terão sido perpetrados por cinco colegas que agrediram fisicamente a criança nepalesa e por um sexto colega que filmou. A violência digital prosseguiu sob a forma de partilha. Da agressão resultaram, segundo a notícia, hematomas, feridas abertas e danos psicológicos. A família teve medo de se dirigir ao Centro de Saúde e tratou da criança em casa. Segundo o mesmo relato, as feridas que não estão a sarar são as psicológicas, pois a criança continuou a acordar a meio da noite a chorar, devido a pesadelos, e a dizer que tem medo de ir para a Escola.

A diretora do Centro Padre Alves Correia aponta as motivações xenófobas da agressão. Os agressores terão dito, além de outros insultos que não quis repetir, "vai para a tua terra", "tu não és daqui", "não queremos nada contigo". No entanto, a Escola da criança terá desvalorizado a situação, terá dito tratar-se de um caso isolado, e não denunciou os atos de violência. A família não se sentiu apoiada. E a criança agredida acabou por mudar de escola.

Perante esta situação, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda endereçou no dia 15 de maio uma pergunta ao Ministro da Educação, Ciência e Inovação. Entretanto, a Ministra da Administração Interna deu declarações no sentido do reforço do policiamento, um caminho que não é a melhor abordagem a um problema desta natureza.

Mais preocupante foram as declarações do Ministro da Educação. De acordo com notícia do jornal *Público*, a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares contactou os agrupamentos de escolas do concelho de Lisboa, que negaram a existência de um caso semelhante, e posteriormente terá identificado um agrupamento de escolas da Amadora como tendo sido o da ocorrência. De acordo com a direcção escolar em causa, "os únicos alunos de nacionalidade nepalesa a frequentar o agrupamento estão no ensino secundário", sendo que a direcção "informou ainda desconhecer por completo o alegado episódio ou qualquer situação semelhante, não tendo inclusive recebido qualquer participação sobre um acto idêntico" (*Público*, 15 de maio de 2023). O Ministro declarou desconhecer a situação.

Esta alegada ocultação da violência em contexto escolar não é caso único. Em declarações à *Antena 1*, Fátima Duarte, formadora da Comissão de Proteção das Crianças e Jovens, com 10 anos de experiência na área dos maus-tratos nas escolas, declarou que os profissionais escolares "sinalizam, vão ter com a direcção do agrupamento ou da escola, e a direcção diz-lhes 'não, não vão sinalizar, não se metam nisso, isso gera problemas à escola, a família é muito boa, e vamos ligar para a família'" (*Antena 1*, 16 de maio de 2024). O Ministério da Educação não pode simplesmente afirmar desconhecer esta ou outras situações, é necessário agir.

Perante estas informações, é necessário esclarecer as situações de violência ocorridas em ambiente escolar, apurar responsabilidades na ocultação destes problemas, identificar situações de negligência e falta de apoio às crianças vítimas de violência. É preciso apurar se as direcções escolares estão a atuar em conformidade com as suas responsabilidades e saber que avaliação a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens faz sobre estas situações e que medidas propõe.

Neste sentido, ouvir a Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Dr<sup>a</sup>. Rosário Farmhouse sobre esta matéria é do maior interesse para o trabalho da Comissão de Educação e Ciência.

*Assim, ao abrigo das disposições regimentais e constitucionais, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda requer a audição urgente da Presidente da Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, Dr<sup>a</sup>. Rosário Farmhouse sobre ocultação de situações de violência em contexto escolar.*

A Deputada do Bloco de Esquerda,

**Joana Mortágua**